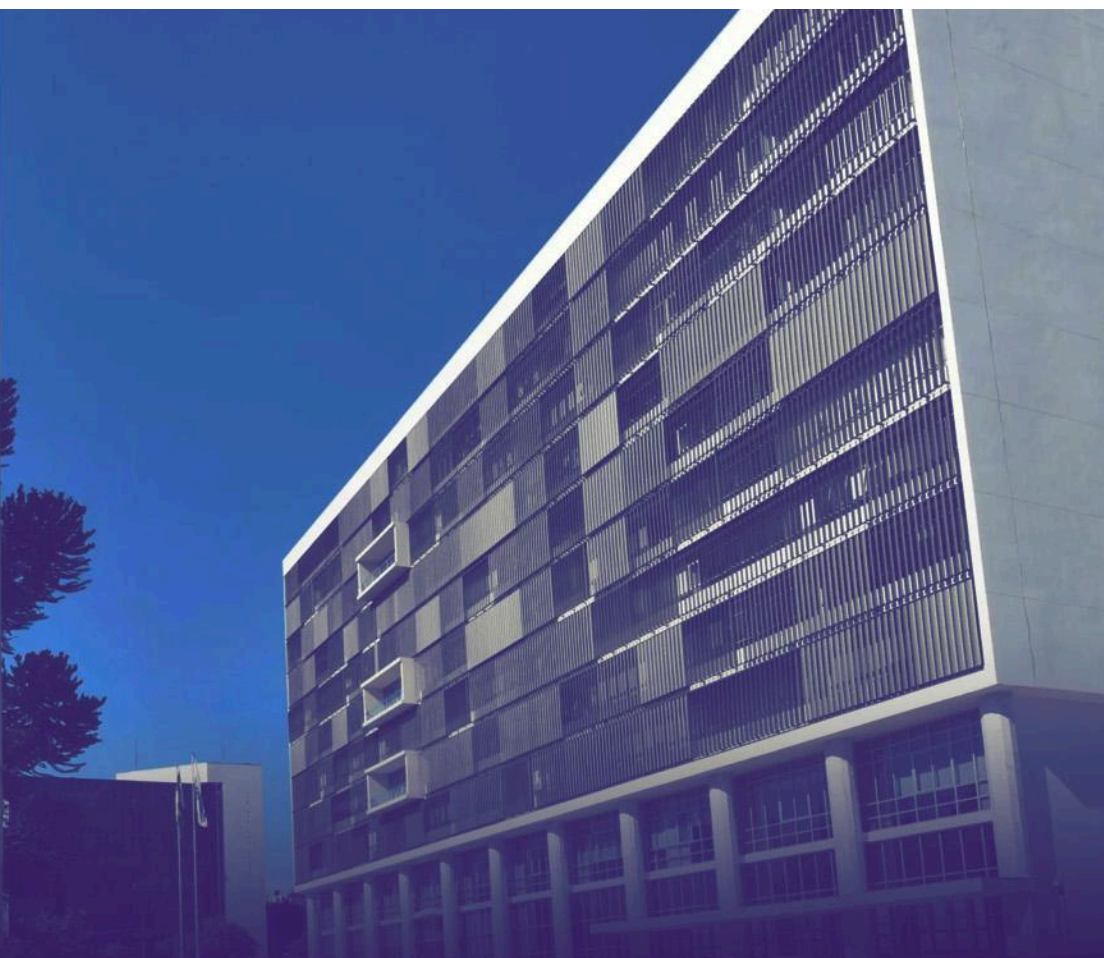
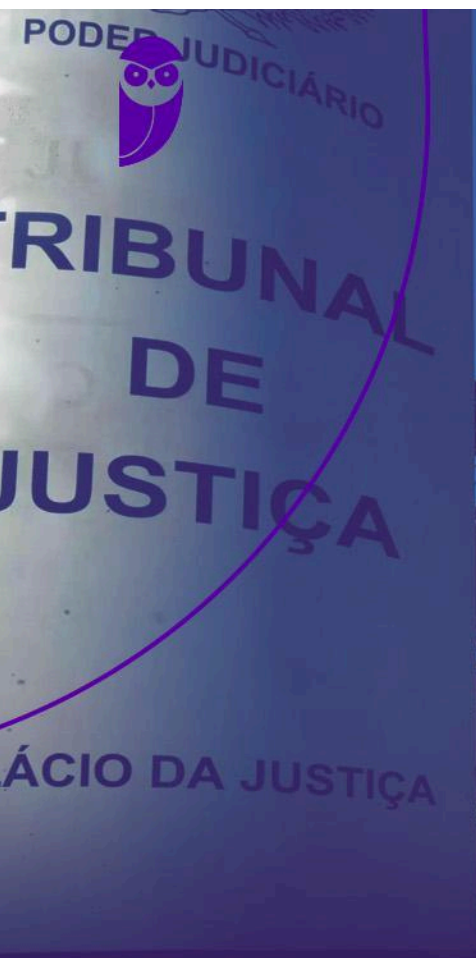


2ª Rodada - TJ-PR (Técnico Judiciário)

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Rodadas
Avançadas de Simulados - 2025 (Pós
Edital)*

Autor:
Sérgio Furtado Filho

25 de Julho de 2025



TJ PR

(Técnico Judiciário)
2025 (Pós-Edital)



Gabarito Preliminar

Rodada Avançada TJ-PR (Técnico Judiciário)

01	B	13	A	25	E	37	B	49	D
02	C	14	NULA	26	D	38	E	50	B
03	A	15	A	27	C	39	D	51	A
04	A	16	D	28	E	40	A	52	E
05	A	17	B	29	D	41	B	53	A
06	C	18	B	30	E	42	B	54	D
07	B	19	A	31	E	43	C	55	C
08	NULA	20	C	32	D	44	A	56	E
09	A	21	A	33	B	45	C	57	C
10	B	22	C	34	A	46	C	58	E
11	B	23	D	35	E	47	C	59	A
12	C	24	B	36	A	48	A	60	E

RANKING

Clique no link para visualizar o ranking ou copie e cole no seu navegador.

<http://estrategi.ac/85oj80>

○ QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/ZquhFz7Kx7jG8Fyu7>

GABARITO DEFINITIVO E RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Ao final de **quinta-feira (24/07)**, o gabarito definitivo, o ranking geral e os relatórios detalhados de desempenho serão liberados na sua área do aluno.

RECURSOS

O prazo para enviar recursos se encerra na **terça-feira (22/07)**, às **12:00h**.

<http://estrategi.ac/8lwuso>



LÍNGUA PORTUGUESA**A importância da leitura crítica na formação cidadã**

A leitura, muitas vezes, é tratada como um hábito secundário em uma sociedade que valoriza a rapidez e a praticidade. Contudo, ela continua sendo uma das mais poderosas ferramentas de formação crítica. Ao interpretar um texto, o leitor é desafiado a confrontar ideias, questionar argumentos e, principalmente, refletir sobre sua própria visão de mundo.

O ato de ler, portanto, vai além do simples decifrar de palavras. Ele implica uma interação constante entre o conhecimento prévio do leitor e as novas informações apresentadas, processo esse que exige atenção e capacidade de análise. Não por acaso, as sociedades que investem em educação de qualidade tendem a ter cidadãos mais engajados e conscientes de seus direitos.

Em tempos de excesso de informações, a leitura crítica se torna ainda mais urgente. Diferenciar fatos de opiniões, identificar intenções implícitas e perceber a coerência de um argumento são habilidades que se constroem, sobretudo, por meio do contato constante com bons textos.

1. Assinale a alternativa correta, de acordo com o texto, sobre a relação entre leitura crítica e formação do pensamento.

- a) A reflexão sobre a própria visão de mundo decorre apenas da análise de argumentos explícitos.
- b) A formação de cidadãos engajados está relacionada ao contato constante com bons textos e à educação de qualidade.
- c) O excesso de informações tornou secundária a importância da leitura para o desenvolvimento de habilidades analíticas.
- d) A interação entre conhecimento prévio e novas informações limita a capacidade do leitor de questionar suas próprias ideias.
- e) Diferenciar fatos de opiniões é um processo que depende apenas do conhecimento prévio do leitor.

Gabarito: B

Comentário:

A) Incorreta. A leitura crítica não se restringe à análise de argumentos explícitos, compreender intenções implícitas também é um ponto essencial destacado no texto.

B) Correta. O texto relaciona diretamente a educação de qualidade e o contato com bons textos à formação de cidadãos engajados e mais conscientes de seus direitos.

C) Incorreta. O excesso de informações, segundo o texto, aumenta a necessidade da leitura crítica, pois ela é fundamental para filtrar conteúdos e manter a capacidade analítica.

D) Incorreta. A interação entre conhecimento prévio e novas informações amplia a análise e a reflexão, favorecendo o questionamento das próprias ideias.

E) Incorreta. Diferenciar fatos de opiniões é uma habilidade desenvolvida sobretudo com a prática da leitura crítica, e não apenas com base em repertório prévio.

2. Considerando as ideias apresentadas no texto, assinale a alternativa correta.

- a) A leitura crítica tem como principal função reforçar conhecimentos já adquiridos, sem promover revisão de conceitos.
- b) A formação de um pensamento analítico depende mais do acúmulo de informações do que do hábito de leitura constante.
- c) O excesso de informações torna essencial a capacidade de selecionar conteúdos e de avaliar a coerência de argumentos.
- d) A educação de qualidade, isoladamente, é suficiente para garantir que todos os cidadãos desenvolvam pensamento crítico.
- e) O desenvolvimento de habilidades de interpretação está dissociado da capacidade de refletir sobre a própria visão de mundo.

Gabarito: C

Comentário:

A) Incorreta. O texto destaca que a leitura crítica estimula o confronto de ideias e a reflexão sobre



conceitos, indo além do simples reforço de conhecimentos prévios.

- B) Incorreta. O desenvolvimento do pensamento analítico está relacionado, principalmente, ao contato constante com bons textos e ao exercício da leitura crítica, e não apenas ao acúmulo de informações.
- C) Correta. Em tempos de excesso de informações, o texto ressalta que diferenciar fatos de opiniões e avaliar a coerência de argumentos são habilidades indispensáveis, construídas pela leitura crítica.
- D) Incorreta. Embora a educação de qualidade seja apontada como fator importante, o texto indica que o hábito de leitura crítica é fundamental para a formação de cidadãos engajados.
- E) Incorreta. O texto associa diretamente a interpretação de textos à reflexão sobre a própria visão de mundo, evidenciando que essas habilidades são interdependentes.

3. De acordo com o texto, assinale a alternativa correta sobre o papel da leitura no contexto social contemporâneo.

- a) A prática da leitura crítica torna-se ainda mais relevante em sociedades onde há excesso de informações disponíveis.
- b) O hábito da leitura é apontado como secundário na formação crítica, sendo mais eficaz investir em métodos de memorização.
- c) A análise de argumentos implícitos em textos é considerada menos importante do que o simples decifrar de palavras.
- d) O desenvolvimento do pensamento crítico ocorre de forma natural e independe do contato constante com bons textos.
- e) A formação de cidadãos engajados está vinculada principalmente à quantidade de informações que recebem, e não ao modo como as interpretam.

Gabarito: A

Comentário:

- A) Correta. O texto enfatiza que, diante do excesso de informações, a leitura crítica se torna essencial

para selecionar conteúdos, avaliar argumentos e manter a capacidade analítica.

- B) Incorreta. A leitura é tratada como uma das principais ferramentas de formação crítica, e não como um hábito secundário ou inferior a métodos de memorização.
- C) Incorreta. A leitura crítica exige mais do que a simples decodificação de palavras, destacando-se a importância de identificar intenções e argumentos implícitos.
- D) Incorreta. O pensamento crítico não surge espontaneamente; o texto relaciona seu desenvolvimento ao contato constante com bons textos e à prática analítica.
- E) Incorreta. O texto vincula o engajamento cidadão à educação de qualidade e ao exercício da leitura crítica, e não à simples quantidade de informações recebidas.

4. Sobre o valor semântico dos conectores utilizados no texto, assinale a alternativa correta.

- a) A locução “não por acaso” em “Não por acaso, as sociedades que investem em educação de qualidade...” indica relação de consequência lógica, reforçando que o engajamento cidadão decorre desse investimento.
- b) O conector “contudo” em “Contudo, ela continua sendo uma das mais poderosas ferramentas de formação crítica” expressa uma ideia de causa, justificando a valorização da leitura.
- c) A substituição de “portanto” por “logo” em “O ato de ler, portanto, vai além do simples decifrar de palavras” alteraria a correção gramatical e comprometeria a coerência.
- d) O termo “sobretudo” em “sobretudo, por meio do contato constante com bons textos” introduz ideia de adversidade em relação ao período anterior.
- e) A palavra “principalmente” em “e, principalmente, refletir sobre sua própria visão de mundo” expressa exclusão, restringindo a reflexão a esse único aspecto.

Gabarito: A



Comentário:

- A) Correta. A locução “não por acaso” tem valor de consequência lógica, sugerindo que o fato de sociedades com educação de qualidade formarem cidadãos engajados não é aleatório, mas resultado direto desse investimento.
- B) Incorreta. “Contudo” expressa adversidade, contrapondo-se à ideia de que a leitura é um hábito secundário, e não causa.
- C) Incorreta. A troca por “logo” manteria a correção gramatical e preservaria o valor conclusivo, embora alterasse levemente o grau de formalidade.
- D) Incorreta. “Sobretudo” indica ênfase ou destaque, e não oposição.
- E) Incorreta. “Principalmente” dá ideia de predominância, sem exclusão de outros aspectos relevantes

5. Considerando a regência verbal e nominal de termos presentes no texto, assinale a alternativa correta.

- a) A troca de “refletir sobre sua própria visão de mundo” por “refletir acerca de sua própria visão de mundo” manteria a correção gramatical e o sentido original.
- b) O verbo “implica” em “Ele implica uma interação constante entre o conhecimento prévio do leitor e as novas informações apresentadas” admite também a preposição “em” antes do complemento direto, sem prejuízo da correção.
- c) A forma “consciente de seus direitos” poderia ser substituída por “consciente com seus direitos” sem alteração do padrão culto.
- d) A substituição de “diferenciar fatos de opiniões” por “diferenciar fatos entre opiniões” manteria a norma culta e o mesmo valor semântico.
- e) O verbo “investem” em “as sociedades que investem em educação de qualidade” poderia ser empregado como transitivo direto, omitindo a preposição, sem prejuízo da correção.

Gabarito: A

Comentário:

- A) Correta. “Refletir sobre” e “refletir acerca de” são construções equivalentes e aceitas na norma-padrão, ambas indicando análise ou consideração de um assunto.
- B) Incorreta. O verbo “implicar” no sentido de “acarretar” é transitivo direto; o uso de “implicar em” seria inadequado nesse contexto.
- C) Incorreta. A regência de “consciente” exige a preposição “de”; a troca por “com” fere a norma culta.
- D) Incorreta. “Diferenciar” exige a preposição “de”; “diferenciar fatos entre opiniões” altera a estrutura e o sentido.
- E) Incorreta. O verbo “investir” no sentido de “aplicar recursos” exige a preposição “em”; sua omissão é incorreta.

6. Sobre a concordância verbal e nominal observada no texto, assinale a alternativa correta.

- a) A expressão “as sociedades que investem em educação de qualidade” poderia ser reescrita como “as sociedades que investe em educação de qualidade” sem infringir a norma culta, pois o verbo concorda com o núcleo do sujeito “educação”.
- b) O verbo “continuam” em “ela continua sendo uma das mais poderosas ferramentas de formação crítica” concorda com o termo “ferramentas”, que está no plural.
- c) O verbo “implica” em “Ele implica uma interação constante entre o conhecimento prévio do leitor e as novas informações apresentadas” está corretamente no singular, pois concorda com o sujeito simples “Ele”.
- d) A concordância em “as sociedades que investem” admite, na norma culta, a flexão no singular (“investe”), desde que o verbo seja atraído pelo termo mais próximo.
- e) A forma “habilidades que se constroem” poderia ser substituída por “habilidades que se constrói” sem erro, pois se trata de sujeito oracional.



Gabarito: C

Comentário:

- A) Incorreta. O verbo deve concordar com o sujeito “sociedades”; a concordância com “educação” seria erro grave de sintaxe.
- B) Incorreta. O verbo “continua” está no singular porque concorda com o sujeito simples “ela” (a leitura), e não com “ferramentas”.
- C) Correta. O verbo “implica” concorda com o sujeito simples “Ele” (referente ao ato de ler), permanecendo corretamente no singular.
- D) Incorreta. A chamada “concordância atrativa” não se aplica a esse caso na norma-padrão; o verbo deve manter a concordância com o núcleo do sujeito.
- E) Incorreta. O sujeito de “se constroem” é “habilidades”, que está no plural; o uso do singular seria erro de concordância.

7. Considerando os valores morfológicos e o emprego das classes de palavras no texto, assinale a alternativa correta.

- a) A palavra “crítica” em “leitura crítica” classifica-se como advérbio, pois expressa a maneira como a leitura é realizada.
- b) O termo “consciente” em “cidadãos mais engajados e conscientes de seus direitos” funciona como adjetivo, caracterizando o substantivo “cidadãos”.
- c) A palavra “ainda” em “a leitura crítica se torna ainda mais urgente” desempenha função de conjunção aditiva, reforçando uma ideia anterior.
- d) Em “o leitor é desafiado a confrontar ideias”, a palavra “a” antes do verbo “confrontar” é artigo definido, acompanhando o substantivo oculto.
- e) A palavra “sobretudo” em “sobretudo, por meio do contato constante com bons textos” exerce função de preposição, pois introduz um complemento nominal.

Gabarito: B

Comentário:

- A) Incorreta. “Crítica” é um adjetivo que qualifica o substantivo “leitura”, e não um advérbio.
- B) Correta. “Consciente” é um adjetivo que caracteriza “cidadãos”, indicando uma qualidade atribuída a eles.
- C) Incorreta. “Ainda” é um advérbio de intensidade, reforçando o caráter urgente da leitura crítica, e não uma conjunção aditiva.
- D) Incorreta. O “a” antes do verbo “confrontar” é uma preposição exigida pela regência do verbo “desafiado a”, e não um artigo definido.
- E) Incorreta. “Sobretudo” é um advérbio de inclusão ou ênfase, não uma preposição.

8. Sobre o emprego dos pronomes no texto e sua função sintática, assinale a alternativa correta.

- a) O pronome “sua” em “refletir sobre sua própria visão de mundo” exerce função de objeto indireto do verbo “refletir”.
- b) Em “Ele implica uma interação constante entre o conhecimento prévio do leitor e as novas informações apresentadas”, o pronome “o” poderia substituir “uma interação constante” sem prejuízo da correção.
- c) O pronome “se” em “a leitura crítica se torna ainda mais urgente” é pronome apassivador, formando uma voz passiva sintética.
- d) O pronome “ela” em “Contudo, ela continua sendo uma das mais poderosas ferramentas de formação crítica” retoma o substantivo “sociedade”, funcionando como sujeito simples.
- e) O pronome “lhe” poderia substituir corretamente “ao leitor” em “o conhecimento prévio do leitor”, preservando a regência e o sentido original.

Gabarito: ANULADA

Comentário:

- A) Incorreta. O pronome “sua” é um pronome possessivo que funciona como adjunto adnominal de “visão”, indicando posse, e não como objeto indireto.
- B) Incorreta. O verbo “implicar” nesse contexto é transitivo direto e exige complemento direto



expresso; a substituição de “uma interação constante” por “o” comprometeria a clareza e não é usual na norma culta.

- C) Incorreta. O verbo “tornar-se” é verbo de ligação pronominal; o “se” é parte integrante do verbo, com valor de pronome apassivador apenas em construções com verbos transitivos diretos, o que não ocorre aqui.
- D) Incorreta. Constatou-se incorreção no referencial do pronome “ela”, o que comprometeu a clareza e a precisão semântica da alternativa indicada como correta.
- E) Incorreta. “Lhe” é pronome oblíquo usado como objeto indireto, mas “do leitor” exerce função de adjunto adnominal, indicando posse; logo, a substituição seria inadequada.

Dessa forma, como todas as alternativas apresentam-se incorretas, a questão foi anulada.

MATEMÁTICA/RACIOCÍNIO LÓGICO

9. Um produto teve seu preço aumentado em 20% e, em seguida, sofreu um desconto de 10% sobre o novo valor. Em relação ao preço inicial, a variação percentual final foi de:

- a) 8% de aumento
- b) 10% de aumento
- c) 8% de desconto
- d) 12% de aumento
- e) 12% de desconto

Gabarito: A

Comentário:

Pessoal, considerando um preço inicial de 100 unidades monetárias: após o aumento de 20%, o preço vai para 120. Aplicando o desconto de 10% sobre 120, temos $120 - 12 = 108$. Logo, a variação em relação ao preço inicial é de 8% de aumento ($108 - 100 = 8$).

10. Em um grupo de 80 pessoas, 50 gostam de cinema, 35 gostam de teatro e 20 gostam de ambos. Quantas pessoas não gostam nem de cinema nem de teatro?

- a) 10
- b) 15
- c) 20
- d) 25
- e) 30

Gabarito: B

Comentário:

Utilizando o princípio da inclusão-exclusão, somamos os que gostam de cinema e os que gostam de teatro e subtraímos os que foram contados duas vezes, ou seja, os que gostam de ambos:

$50 (\text{cinema}) + 35 (\text{teatro}) - 20 (\text{ambos}) = 65$ pessoas que gostam de pelo menos uma das opções.

Como o grupo total é de 80 pessoas, as que não gostam de nenhuma das duas opções são:

$80 - 65 = 15$ pessoas.

Portanto, 15 pessoas não gostam nem de cinema nem de teatro.

11. Em uma turma, a razão entre o número de alunos do sexo masculino e do sexo feminino é de 3 para 5. Sabendo que a turma possui 32 alunos, quantos são do sexo masculino?

- a) 10
- b) 12
- c) 14
- d) 15
- e) 18

Gabarito: B

Comentário:

A razão 3:5 indica que, a cada 8 alunos (3 + 5), 3 são do sexo masculino e 5 são do sexo feminino.



Primeiro, calculamos o valor de cada “parte” da razão:

$$32 \div 8 = 4.$$

Como o número de alunos do sexo masculino corresponde a 3 partes:

$$3 \times 4 = 12 \text{ alunos.}$$

Logo, há 12 alunos do sexo masculino na turma.

12. Em uma compra, um produto teve o preço reduzido de 240 para 180. Qual foi a porcentagem de desconto concedido?

- a) 20%
- b) 22%
- c) 25%
- d) 30%
- e) 35%

Gabarito: C

Comentário:

O desconto corresponde à diferença entre o preço inicial e o preço final:

$$240 - 180 = 60.$$

Para encontrar a porcentagem de desconto, relacionamos essa diferença com o preço inicial:

$$(60 \div 240) \times 100 = 25\%.$$

Portanto, o desconto foi de 25%.

13. Considere as proposições:

P: João estuda para o concurso.

Q: Maria trabalha à noite.

A negação lógica da proposição “João estuda para o concurso ou Maria trabalha à noite” é:

- a) João não estuda para o concurso e Maria não trabalha à noite.
- b) João não estuda para o concurso ou Maria não trabalha à noite.
- c) João estuda para o concurso e Maria não trabalha à noite.

d) João não estuda para o concurso e Maria trabalha à noite.

e) João estuda para o concurso ou Maria não trabalha à noite.

Gabarito: A

Comentário:

A proposição dada é $P \vee Q$ (P ou Q).

Pela Lei de De Morgan, a negação de uma disjunção é equivalente a uma conjunção das negações:

$$\neg(P \vee Q) \equiv (\neg P) \wedge (\neg Q).$$

Logo, a forma correta é João não estuda para o concurso e Maria não trabalha à noite.

14. Considere a proposição:

“Se Ana viaja, então Bruno trabalha.”

Assinale a alternativa que apresenta uma proposição logicamente equivalente à proposição dada.

- a) Se Ana não viaja, então Bruno não trabalha.
- b) Se Bruno trabalha, então Ana viaja.
- c) Bruno não trabalha ou Ana viaja.
- d) Ana viaja ou Bruno trabalha.
- e) Ana não viaja e Bruno não trabalha.

Gabarito: C (ANULADA)

Comentário:

A proposição dada, “Se Ana viaja, então Bruno trabalha”, representada por $P \rightarrow Q$, possui como equivalência lógica direta a forma $\neg P \vee Q$, isto é, “Ana não viaja ou Bruno trabalha”. Como não havia alternativas que correspondessem a essa equivalência, a questão foi anulada.

15. Considere as proposições:

P: Pedro estuda matemática.

Q: Pedro será aprovado no concurso.

A proposição “Pedro não será aprovado no concurso implica que Pedro não estuda matemática” é logicamente equivalente a:



- a) Se Pedro estuda matemática, então Pedro será aprovado no concurso.
- b) Pedro será aprovado no concurso ou Pedro não estuda matemática.
- c) Pedro não será aprovado no concurso ou Pedro não estuda matemática.
- d) Se Pedro não estuda matemática, então Pedro será aprovado no concurso.
- e) Pedro estuda matemática e será aprovado no concurso.

Gabarito: A

Comentário:

A proposição dada é $\neg Q \rightarrow \neg P$.

A contrapositiva de uma condicional é logicamente equivalente à proposição original:

$\neg Q \rightarrow \neg P \equiv P \rightarrow Q$.

Portanto, a forma equivalente é "Se Pedro estuda matemática, então Pedro será aprovado no concurso."

16. Considere o argumento:

Se Carla lê todos os dias, então melhora seu vocabulário.

Carla lê todos os dias.

Logo, Carla melhora seu vocabulário.

Esse argumento é um exemplo de:

- a) Negação do antecedente
- b) Afirmativa do consequente
- c) Modus tollens
- d) Modus ponens
- e) Silogismo disjuntivo

Gabarito: D

Comentário:

O argumento segue a forma padrão do Modus ponens:

$P \rightarrow Q$ (Se Carla lê todos os dias, então melhora seu vocabulário)

P (Carla lê todos os dias)

Logo, Q (Carla melhora seu vocabulário)

Esse é um argumento válido e clássico da lógica proposicional.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

17. No contexto de segurança na Internet, uma prática essencial para reduzir riscos relacionados a malwares é:

- a) Instalar simultaneamente dois antivírus para ampliar a proteção contra ameaças.
- b) Manter o sistema operacional e o antivírus sempre atualizados.
- c) Abrir anexos de e-mails apenas de remetentes conhecidos, sem necessidade de verificação.
- d) Utilizar redes Wi-Fi públicas sempre que houver senha de acesso.
- e) Desativar o firewall para evitar bloqueio de programas confiáveis.

Gabarito: B

Comentário:

- A) Incorreta. A instalação de dois antivírus ao mesmo tempo não aumenta a segurança; pelo contrário, pode gerar conflitos entre os programas, deixando brechas na detecção de malwares e comprometendo o desempenho do sistema.
- B) Correta. Manter o sistema operacional e o antivírus atualizados é uma das principais práticas de segurança digital, pois as atualizações corrigem vulnerabilidades que são constantemente exploradas por hackers. Um sistema desatualizado fica exposto a falhas conhecidas, e um antivírus sem atualização não reconhece novas ameaças.
- C) Incorreta. Confiar apenas no remetente é um erro, pois contas legítimas podem ser invadidas e usadas para enviar arquivos maliciosos. Todo



anexo deve ser analisado pelo antivírus antes de ser aberto.

- D) Incorreta. Redes Wi-Fi públicas, mesmo com senha, são ambientes inseguros, pois outros usuários podem capturar dados trafegados ou realizar ataques de interceptação.
- E) Incorreta. O firewall é um filtro que controla o tráfego de entrada e saída, bloqueando acessos não autorizados; desativá-lo facilita ataques externos.

18. No Microsoft Word 365, em português, para manter o mesmo cabeçalho em todas as páginas de um documento, deve-se:

- a) Inserir o cabeçalho e desmarcar a opção “Vincular ao Anterior”.
- b) Inserir o cabeçalho e manter marcada a opção “Vincular ao Anterior”.
- c) Inserir o cabeçalho como rodapé, pois ambos são vinculados automaticamente.
- d) Utilizar marcadores automáticos na guia “Referências”.
- e) Inserir o cabeçalho apenas na primeira página e bloquear a edição.

Gabarito: B

Comentário:

- A) Incorreta. Desmarcar a opção “Vincular ao Anterior” é indicado apenas quando se deseja cabeçalhos diferentes em cada seção do documento, como em relatórios que possuem capas ou sumários diferenciados. Se essa opção for desmarcada, o cabeçalho não será repetido nas demais páginas.
- B) Correta. Manter a opção “Vincular ao Anterior” ativa é o procedimento recomendado para que o mesmo cabeçalho apareça em todas as páginas vinculadas do documento. Esse recurso garante padronização automática, evitando que o usuário precise inserir manualmente o cabeçalho em cada seção.

C) Incorreta. Cabeçalho e rodapé são elementos independentes no Word. Inserir o cabeçalho como rodapé não fará com que ele seja replicado como cabeçalho nas páginas.

D) Incorreta. Marcadores automáticos são usados para listas numeradas ou com pontos, principalmente na organização de tópicos, e não têm qualquer função relacionada a cabeçalhos.

E) Incorreta. Inserir o cabeçalho apenas na primeira página e bloquear a edição não faz com que ele apareça nas outras páginas; seria necessário inseri-lo manualmente, o que não é eficiente.

19. O recurso do Windows 10 e 11, em português, que reverte o sistema a um estado anterior sem apagar arquivos pessoais, após falhas provocadas por instalação de drivers ou programas, é:

- a) Restauração do Sistema, pois permite reverter alterações recentes em configurações e drivers, preservando arquivos pessoais.
- b) Resetar este PC, pois reinstala o sistema, mantendo todos os aplicativos e arquivos pessoais.
- c) Backup Automático, pois recupera o sistema para um estado anterior a partir de cópias automáticas feitas pelo Windows.
- d) Inicialização Segura, pois carrega apenas os drivers básicos e reverte automaticamente alterações feitas no sistema.
- e) Limpeza de Disco, pois remove arquivos temporários e restaura as configurações originais do Windows.

Gabarito: A

Comentário:

- A) Correta. A Restauração do Sistema cria pontos de restauração que registram alterações em drivers, programas e configurações. Ao utilizá-la, o sistema retorna ao estado anterior sem afetar documentos e arquivos pessoais, sendo a opção ideal no caso apresentado.
- B) Incorreta. Resetar este PC reinstala o Windows; embora haja opção de manter arquivos pessoais,



os aplicativos e algumas configurações são removidos, não sendo o recurso mais adequado para este cenário.

- C) Incorreta. O Backup Automático apenas copia arquivos e pastas para recuperação individual, não restaura configurações do sistema.
- D) Incorreta. A Inicialização Segura inicia o sistema com drivers essenciais para diagnóstico, mas não desfaz alterações nem reverte configurações automaticamente.
- E) Incorreta. Limpeza de Disco apenas exclui arquivos temporários e caches, sem alterar ou restaurar configurações do sistema operacional.

20. A função do Microsoft Excel 365, em português, que retorna o maior valor de um intervalo de células numéricas é:

- a) SOMA()
b) MAIOR()
c) MÁXIMO()
d) MÉDIA()
e) PROCV()

Gabarito: C

Comentário:

- A) Incorreta. A função SOMA() apenas adiciona os valores do intervalo, sem fazer comparações entre eles.
- B) Incorreta. MAIOR() retorna o enésimo maior valor de um intervalo, e não necessariamente o maior, a menos que se indique o argumento "1".
- C) Correta. MÁXIMO() identifica diretamente o maior número presente no intervalo selecionado, sendo a função mais simples e apropriada para essa finalidade.
- D) Incorreta. MÉDIA() calcula a média aritmética dos valores, não servindo para determinar extremos.
- E) Incorreta. PROCV() busca dados em uma tabela de forma vertical, sem relação com comparação de valores.

21. O recurso do Windows 11 que libera espaço de armazenamento excluindo automaticamente arquivos temporários e itens desnecessários corresponde a:

- a) Limpeza de Disco
b) Desfragmentar e Otimizar Unidades
c) Restaurar Sistema
d) Inicialização Segura
e) Histórico de Arquivos

Gabarito: A

Comentário:

- A) Correta. A Limpeza de Disco identifica e exclui arquivos temporários, caches e outros itens obsoletos, liberando espaço e melhorando o desempenho do sistema. É uma ferramenta segura e recomendada para uso periódico.
- B) Incorreta. Desfragmentar e Otimizar Unidades reorganiza os arquivos no disco para agilizar o acesso, mas não exclui arquivos para liberar espaço significativo.
- C) Incorreta. Restaurar Sistema apenas retorna o computador a um estado anterior, sem remover arquivos temporários.
- D) Incorreta. Inicialização Segura é usada para diagnóstico de falhas e não para limpeza ou liberação de espaço.
- E) Incorreta. Histórico de Arquivos faz cópias de segurança, o que, ao contrário, pode ocupar ainda mais espaço no disco.

22. No Microsoft Word 365, em português, um usuário deseja numerar automaticamente os capítulos de um documento longo, de forma que a numeração se atualize sempre que um novo capítulo for adicionado. Assinale o recurso que deve ser utilizado:

- a) Lista com Marcadores
b) Lista Numerada Simples
c) Estilos de Título com Numeração Automática
d) Inserção de Campo Manual de Número



e) Cabeçalho Vinculado

Gabarito: C

Comentário:

- A) Incorreta. A Lista com Marcadores insere apenas símbolos para itens de lista, sem numeração sequencial automática para capítulos.
- B) Incorreta. A Lista Numerada Simples insere números sequenciais, mas não está vinculada aos estilos de título, exigindo atualização manual caso novos capítulos sejam adicionados.
- C) Correta. Os Estilos de Título com numeração automática permitem estruturar o documento hierarquicamente. Sempre que um novo capítulo é criado com o estilo apropriado, a numeração é atualizada automaticamente, garantindo consistência.
- D) Incorreta. Inserir campos manuais de número não é eficiente em documentos longos, pois exige atualização individual.
- E) Incorreta. Cabeçalho Vinculado é usado para padronizar textos no topo das páginas, sem relação com numeração de capítulos.

23. No Microsoft PowerPoint 365, em português, um usuário deseja aplicar um mesmo esquema de cores, fontes e efeitos visuais em todos os slides da apresentação, garantindo uniformidade. Assinale o recurso que deve ser utilizado:

- a) Layout de Slide
- b) Modelo de Design
- c) Transições
- d) Tema
- e) Plano de Fundo Personalizado

Gabarito: D

Comentário:

- A) Incorreta. O Layout de Slide organiza apenas a estrutura de cada slide individualmente, como posição do título e do corpo de texto, mas não altera cores ou fontes de forma global. Para obter

uniformidade, seria necessário ajustar cada slide manualmente, o que não é prático.

- B) Incorreta. O Modelo de Design é útil para criar apresentações futuras com um padrão visual específico, mas ao aplicar em um arquivo já em edição, não altera automaticamente todos os slides já criados.
- C) Incorreta. Transições são recursos visuais aplicados apenas na passagem de um slide para outro, com o objetivo de dar movimento à apresentação, não afetando o estilo de formatação do conteúdo.
- D) Correta. O Tema é o recurso ideal para padronizar toda a apresentação, pois aplica automaticamente um conjunto de cores, fontes e efeitos visuais a todos os slides. Além disso, qualquer alteração posterior no tema é propagada para todos os slides, garantindo consistência estética e economizando tempo em apresentações com muitos slides.
- E) Incorreta. O Plano de Fundo Personalizado permite alterar cores ou imagens de fundo, mas não modifica fontes ou efeitos visuais. Para uniformidade completa, o uso de Tema é mais adequado.

24. Nos navegadores de Internet, como Microsoft Edge, Google Chrome e Mozilla Firefox, assinale o recurso aumenta a privacidade durante a navegação, evitando que histórico e cookies sejam armazenados no dispositivo:

- a) Modo de Leitura
- b) Navegação InPrivate ou Anônima
- c) Favoritos ou Marcadores
- d) Histórico de Navegação
- e) Autocompletar de Formulários

Gabarito: B

Comentário:

- A) Incorreta. O Modo de Leitura apenas simplifica a exibição de páginas, removendo anúncios e elementos gráficos para melhorar a legibilidade.



Ele não interfere no armazenamento de histórico ou cookies.

- B) Correta. A Navegação InPrivate (no Microsoft Edge) ou Anônima (no Chrome e Firefox) é projetada para aumentar a privacidade local. Durante esse modo, o navegador não armazena histórico de navegação, cookies nem dados de formulários. Contudo, vale lembrar que esse recurso não torna o usuário invisível para provedores de Internet ou sites acessados, sendo uma proteção restrita ao dispositivo utilizado.
- C) Incorreta. Favoritos ou Marcadores apenas armazenam atalhos de sites para acesso rápido, sem qualquer relação com privacidade ou segurança de dados.
- D) Incorreta. O Histórico de Navegação é justamente o registro de todos os sites acessados. Manter o histórico ativo reduz a privacidade, especialmente em dispositivos compartilhados.
- E) Incorreta. O Autocompletar de Formulários grava informações digitadas, como e-mails e endereços, o que pode até comprometer a privacidade se o dispositivo for usado por várias pessoas.

LEGISLAÇÃO

25. “O Plano Diretor Estratégico é uma lei municipal que orienta o crescimento e o desenvolvimento urbano de todo o município. Elaborado com a participação da sociedade, é um pacto social que define os instrumentos de planejamento urbano para reorganizar os espaços da cidade e garantir a melhoria da qualidade de vida da população.” (FONTE: Prefeitura de São Paulo)

Nesse íterim, de acordo com o que dispõe a Constituição do Estado do Paraná, pode-se afirmar que o Plano Diretor só é considerado um instrumento obrigatório para os municípios que possuem mais de:

- a) Dois mil habitantes.

- b) Três mil habitantes.
c) Cinco mil habitantes.
d) Dez mil habitantes.
e) Vinte mil habitantes.

Gabarito: E

Comentário:

Conforme prevê o Art. 152. “O plano diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento econômico e social e de expansão urbana, aprovado pela Câmara Municipal, é obrigatório para as cidades com mais de **vinete mil habitantes**, expressando as exigências de ordenação da cidade e explicitando os critérios para que se cumpra a função social da propriedade urbana.”

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA E.

26. Segundo o Estatuto dos Servidores do Poder Judiciário do Paraná (Lei Estadual nº 16.024/2008), é correto afirmar que o não atendimento à convocação para sessões do Tribunal do Júri e a outros serviços obrigatórios caracteriza uma falta punível com a penalidade de:

- a) Advertência.
b) Suspensão de até 15 (quinze) dias.
c) Suspensão de até 30 (trinta) dias.
d) Suspensão de até 90 (noventa) dias.
e) Demissão.

Gabarito: D

Comentário:

De acordo com o que prevê o Art. 196, § 2º: “Caracteriza falta punível com suspensão **de até 90 (noventa) dias** o não atendimento à convocação para sessões do Tribunal do Júri e a outros serviços obrigatórios.”

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA D.



27. De acordo com o Estatuto dos Servidores do Poder Judiciário do Paraná (Lei Estadual nº 16.024/2008), julgue as assertivas a seguir:

I- Grupo ocupacional é o agrupamento de cargos da mesma denominação, com iguais atribuições, responsabilidades e variação de vencimentos de acordo com os níveis que compreende.

II- Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias estabelecidas em lei.

III- As diárias e a ajuda de custo são consideradas parcelas indenizatórias.

Estão corretas as assertivas:

- a) I apenas.
- b) I e II apenas.
- c) II e III apenas.
- d) I e III apenas.
- e) I, II e III.

Gabarito: C

Comentário:

I- ERRADO- A assertiva descreve, na verdade, a “Classe”. O Grupo ocupacional é o conjunto de classes que diz respeito a atividades profissionais correlatas ou afins, quanto à natureza do respectivo trabalho ou ao ramo de conhecimento aplicado em seu desempenho.

II- CERTO- É o que prevê o Art. 63: “Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias estabelecidas em lei.”

III- CERTO- Está de acordo com o que prevê o Art. 71. “Constituem indenizações: I - ajuda de custo; II – diárias (...)”

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA C.

28. Evair é desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e, a caminho do seu trabalho, recebeu uma ligação que trazia uma triste notícia: seu irmão, Helton, acabara de falecer.

Nesse caso, pode-se afirmar que, de acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Paraná, Evair terá direito à “licença-luto” por até:

- a) 2 (dois) dias consecutivos.
- b) 3 (três) dias consecutivos.
- c) 5 (cinco) dias consecutivos.
- d) 7 (sete) dias consecutivos.
- e) 8 (oito) dias consecutivos.

Gabarito: E

Comentário:

De acordo com o Art. 51. “Sem prejuízo dos vencimentos, ou qualquer vantagem legal, o Desembargador poderá afastar-se de suas funções, por motivo de:

II - falecimento do cônjuge, ascendente, descendente ou **irmão**, por até **8 (oito) dias consecutivos**.”

Assim, Evair terá direito a uma licença de até 8 dias consecutivos devido ao falecimento de seu irmão.

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA E.

29. De acordo com a Lei nº 13.709/2018, a utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão objetiva cumprir o princípio da(o):

- a) Finalidade.
- b) Adequação.
- c) Responsabilização.
- d) Segurança.
- e) Prevenção.

Gabarito: D

Comentário:

De acordo com o que dispõe o Art. 6º: “As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios:

VII - **segurança**: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações



acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.”

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA D.

30. Considere que o Vice-Presidente da República tenha classificado três informações nos seguintes graus de sigilo: ultrassecreto, secreto e reservado. Diante do alto grau de relevância das informações, a população brasileira não poderia tomar ciência dos fatos, uma vez que poderia colocar a segurança nacional em risco.

Nesse caso, no âmbito da Lei nº 12.527/2011, é correto afirmar que:

- a) O Vice-Presidente da República não possui competência legal para classificar uma informação no grau de sigilo ultrassecreto.
- b) O Vice-Presidente da República somente poderia classificar as três informações em seus respectivos graus de sigilo mediante autorização expressa e por escrito do Chefe do Poder Executivo Federal.
- c) O prazo máximo de restrição do sigilo à informação classificada como secreta é de 10 (dez) anos.
- d) Não existe classificação no grau “reservado”, mas sim “confidencial”.
- e) O Vice-Presidente da República possui competência legal para classificar nos três graus de sigilo informações que necessitem de sigilo.

Gabarito: E

Comentário:

A) ERRADO- O Vice-Presidente da República possui competência legal para classificar uma informação no grau de sigilo ultrassecreto. Veja: Art. 27. A classificação do sigilo de informações no âmbito da administração pública federal é de competência: I - no grau de ultrassecreto, das seguintes autoridades: b) Vice-Presidente da República.

B) ERRADO- Não há necessidade de autorização expressa e por escrito para o Vice-Presidente da República classificar uma informação.

C) ERRADO- O prazo máximo de restrição do sigilo à informação classificada como secreta é de 15 (quinze) anos.

D) ERRADO- Existe sim a classificação no grau reservado, que possui, inclusive, o prazo máximo de restrição de 5 (cinco) anos de sigilo.

E) CERTO- Exatamente! Esse é o nosso gabarito! Aqui, há a regra de quem pode mais pode menos: todos aqueles que possuem competência para classificar no grau ultrassecreto, automaticamente também poderão classificar nos graus secreto e reservado. Veja:

Art. 27. A classificação do sigilo de informações no âmbito da administração pública federal é de competência:

I - no grau de ultrassecreto, das seguintes autoridades:

- a) Presidente da República;
- b) Vice-Presidente da República;
- c) Ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas;
- d) Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; e
- e) Chefes de Missões Diplomáticas e Consulares permanentes no exterior;

II - no grau de secreto, das autoridades referidas no inciso I, dos titulares de autarquias, fundações ou empresas públicas e sociedades de economia mista; e

III - no grau de reservado, das autoridades referidas nos incisos I e II e das que exerçam funções de direção, comando ou chefia, nível DAS 101.5, ou superior, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou de hierarquia equivalente, de acordo com regulamentação específica de cada órgão ou entidade, observado o disposto nesta Lei.

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA E.



NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

31. Sobre os Direitos de Nacionalidade, marque a alternativa correta.

- a) O critério "jus sanguinis" é único critério utilizado para a determinação da nacionalidade brasileira.
- b) O cargo de Governador de Estado é privativo de brasileiro nato.
- c) Uma vez que o brasileiro renuncie a sua nacionalidade, nunca mais poderá recuperá-la.
- d) O brasileiro nato pode perder a sua nacionalidade quando comete crime de tráfico de drogas internacional.
- e) Um ato de naturalização só pode ser anulado por meio de um processo judicial.

Gabarito: E

Comentário:

A) ERRADO- O Brasil adota um sistema misto, combinando o "jus sanguinis" (direito de sangue) com o "jus soli" (direito do solo).

B) ERRADO- O cargo de Governador de Estado não está incluso no rol de cargos privativos da CF/88, Art. 12, parágrafo 3º. Assim, pode ser ocupado por brasileiro nato ou naturalizado.

C) ERRADO- De acordo com o que dispõe a CF/88, Art. 12, § 5º A renúncia da nacionalidade, nos termos do inciso II do § 4º deste artigo, não impede o interessado de readquirir sua nacionalidade brasileira originária, nos termos da lei.

D) ERRADO- O brasileiro nato nunca perde, sem a sua espontânea vontade, a nacionalidade originária.

E) CERTO- Segundo o Supremo Tribunal Federal (STF), ato de naturalização de estrangeiro como brasileiro somente pode ser anulado por via judicial, e não por mero ato administrativo. Com base nesse entendimento, a Corte deu provimento ao Recurso Ordinário em Mandado de Segurança (RMS) 27840.

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA E.

32. Lucas é um grande ativista de direitos humanos e é considerado, por muitos, o maior youtuber brasileiro de todos os tempos, possuindo mais de 35 milhões de seguidores, além de outras redes sociais. Através de suas opiniões políticas, muitos jovens o admiram e pedem a sua candidatura para o cargo de Presidente da República, embora ele tenha somente 19 (dezenove) anos de idade.

Nesse caso, pode-se afirmar que a idade mínima para que Lucas pudesse concorrer ao cargo de Chefe do Poder Executivo Federal ocorre aos:

- a) 21 (vinte e um) anos de idade.
- b) 24 (vinte e quatro) anos de idade.
- c) 30 (trinta) anos de idade.
- d) 35 (trinta e cinco) anos de idade.
- e) 40 (quarenta) anos de idade.

Gabarito: D

Comentário:

De acordo com o que dispõe a CF/88, Art. 14, § 3º: "São condições de elegibilidade, na forma da lei:

VI - a idade mínima de:

- a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador.

Assim, somente aos trinta e cinco anos de idade Lucas poderá se candidatar ao cargo de Presidente da República.

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA D.

33. Segundo a Constituição Federal de 1988, pode-se afirmar que compete privativamente à União legislar sobre:

- a) orçamento.
- b) proteção e tratamento de dados pessoais.
- c) juntas comerciais.
- d) produção e consumo.
- e) desporto.



Gabarito: B

Comentário:

- A) ERRADO**- Essa é uma competência legislativa concorrente entre União, Estados e DF. Veja: Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: II – orçamento.
- B) CERTO**- Está de acordo com a CF/88, Art. 22. “Compete privativamente à União legislar sobre: XXX - proteção e tratamento de dados pessoais.”
- C) ERRADO**- Essa é uma competência legislativa concorrente entre União, Estados e DF. Veja: Art. 24. III - juntas comerciais.
- D) ERRADO**- Essa é uma competência legislativa concorrente entre União, Estados e DF. Veja: Art. 24. V – produção e consumo.
- E) ERRADO**- Essa é uma competência legislativa concorrente entre União, Estados e DF. Veja: Art. 24. IX – educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA B.

34. Sobre o Poder Legislativo, a Carta Magna prevê expressamente diferentes tipos de proibições aos congressistas eleitos. Contudo, as vedações ocorrem em momentos distintos: surgindo após a expedição do diploma ou com o advento da posse.

Nesse caso, assinale a alternativa que contenha uma vedação que se origina com a expedição do diploma do parlamentar.

- a) Manter contrato com pessoa jurídica de direito público sem obedecer a cláusulas uniformes do contrato.
- b) Ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.
- c) Ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis "ad nutum" em uma autarquia federal.

d) Patrocinar causa em que seja interessada uma empresa pública federal.

e) Ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

Gabarito: A

Comentário:

De acordo com a CF/88, Art. 54. Os Deputados e Senadores não poderão:

I - desde a expedição do diploma:

- a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes; **(GABARITO- LETRA A)**
- b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis "ad nutum", nas entidades constantes da alínea anterior;

II - desde a posse:

- a) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;
- b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis "ad nutum", nas entidades referidas no inciso I, "a";
- c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, "a";
- d) ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

A posse e a diplomação ocorrem em momentos distintos e, por isso, trazem implicações jurídicas diferentes também. Assim, muito cuidado!

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA A.

35. Adriano é um ativista e sindicalista muito ativo e, um belo dia, decidiu constranger Luciano,



mediante grave ameaça, a participar de seu sindicato, uma vez que para ele, a "União faz a força". Porém, ele acabou sendo preso por esse ato, uma vez que configura um crime contra a organização do trabalho.

Nesse caso, de acordo com as disposições constitucionais a respeito do Poder Judiciário, pode-se afirmar que Adriano será processado e julgado, originariamente, pelo:

- a) Superior Tribunal de Justiça.
- b) Tribunal Superior do Trabalho.
- c) Tribunal Regional do Trabalho.
- d) Juiz do Trabalho.
- e) Juiz Federal.

Gabarito: E

Comentário:

De acordo com o que dispõe a CF/88, Art. 109. "Aos juízes federais compete processar e julgar:

VI - os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira."

Muito cuidado: a justiça do trabalho não possui competência criminal. Assim, o TST, os TRTs e os juízes do trabalho não julgam crimes contra a organização do trabalho, pois ocorre no âmbito da Justiça Federal.

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA E.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

36. A extinção de um ato administrativo pela incompatibilidade com um novo ato sobre a mesma matéria é denominada de:

- a) Contraposição.
- b) Revogação.
- c) Anulação.
- d) Caducidade.

e) Cassação.

Gabarito: A

Comentário:

A extinção de um ato administrativo pela incompatibilidade com um novo ato sobre a mesma matéria é denominada de contraposição ou derrubada. Nesse caso, o novo ato administrativo invalida o anterior, tornando-o sem efeito.

Bandeira de Mello cita como exemplo a exoneração de um funcionário público, que acaba por ter efeitos contrapostos ao ato de nomeação. Sendo assim, o ato de nomeação extingue-se por contraposição ou derrubada.

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA A.

37. É considerado um bem público de uso comum do povo:

- a) As terras dos silvícolas.
- b) Os mares.
- c) Os cemitérios públicos.
- d) Os museus públicos.
- e) Os veículos oficiais.

Gabarito: B

Comentário:

Os bens de uso comum do povo são os bens cuja utilização é ampla para todos do povo. Como exemplo, temos os rios, **mares**, estradas, ruas e praças.

Já os bens de uso especial são aqueles que se destinam à prestação do serviço público e/ou administrativo pela Administração Pública. Nesse caso, Di Pietro aponta os imóveis onde estão instaladas repartições públicas, os bens móveis utilizados pela Administração, museus, bibliotecas, veículos oficiais, terras dos silvícolas, cemitérios públicos, aeroportos, mercados e agora, pela nova Constituição, as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.



Portanto, o nosso gabarito é a LETRA B.

38. De acordo com o entendimento jurisprudencial e doutrinário a respeito da Responsabilidade Civil do Estado e da aplicação da teoria do risco integral, pode-se afirmar que:

- a) A teoria do risco integral não é admitida no Brasil em hipótese alguma.
- b) A teoria do risco integral somente é admitida em casos de acidentes nucleares.
- c) A teoria do risco integral somente é admitida em casos de danos ambientais e atos terroristas contra aeronaves brasileiras.
- d) A teoria do risco integral admite excludentes da responsabilização estatal.
- e) A teoria do risco integral é admitida como exceção no ordenamento jurídico pátrio e, assim, o Estado responsável responde por qualquer dano, mesmo que causado por caso fortuito, força maior ou culpa exclusiva da vítima.

Gabarito: E

Comentário:

A teoria do risco integral também exige responsabilidade objetiva do Estado. Porém, diferencia-se da teoria do risco administrativo, já que neste caso não aceita excludentes na responsabilidade da administração. Por isso, o Estado deve suportar os danos sofridos por terceiros em qualquer hipótese.

Assim, mesmo que se comprove culpa exclusiva de terceiro ou força maior, o Estado deverá ressarcir o particular pelos danos sofridos.

Como exemplos em que é possível a aplicação do risco integral, temos: danos causados por atos de guerra ou eventos correlatos, atos terroristas contra aeronaves, acidentes nucleares e danos ambientais.

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA E.

39. De acordo com o entendimento doutrinário, pode-se afirmar que os mesários que participam das eleições municipais, estaduais e federais, quando nesta condição, são considerados:

- a) Agentes públicos políticos.
- b) Agentes públicos delegados.
- c) Agentes públicos credenciados.
- d) Agentes públicos honoríficos.
- e) Agentes públicos administrativos.

Gabarito: D

Comentário:

Os Agentes públicos honoríficos são cidadãos convocados ou designados para exercer funções públicas temporariamente, sem vínculo empregatício ou estatutário, e geralmente sem remuneração, tais como: jurados (tribunal do júri), mesários eleitorais e membros de Conselho Tutelares.

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA D.

40. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, a licitação será considerada inexigível nos casos de:

- a) Objetos que possam ser contratados por meio de credenciamento.
- b) Contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras.
- c) Contratação de entidades privadas sem fins lucrativos para a implementação de cisternas ou outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos, a fim de beneficiar as famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou pela falta regular de água.
- d) Aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.



e) Guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem.

Gabarito: A

Comentário:

A) CERTO- Exatamente! Esse é o nosso gabarito! Está de acordo com o Art. 74. "É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento."

B) ERRADO- Nesse caso, a licitação é considerada dispensável. Veja: Art. 75. "É dispensável a licitação: II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras."

C) ERRADO- Nesse caso, a licitação é considerada dispensável. Veja: Art. 75. "É dispensável a licitação: XVII - para contratação de entidades privadas sem fins lucrativos para a implementação de cisternas ou outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos, a fim de beneficiar as famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou pela falta regular de água."

D) ERRADO- Nesse caso, a licitação é considerada dispensável. Veja: Art. 75. "É dispensável a licitação: IX - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado."

E) ERRADO- Nesse caso, a licitação é considerada dispensável. Veja: Art. 75. "É dispensável a licitação: VII - nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem."

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA A.

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

41. Considerando as disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) – Decreto-Lei nº 4.657/1942 –, especialmente no que se refere à vigência, aplicação, interpretação e eficácia das normas jurídicas, analise e julgue as afirmativas a seguir:

- I. Salvo disposição em contrário, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.
- II. Quando a lei for omissa, o juiz deverá decidir exclusivamente com base nos princípios gerais de direito, não podendo recorrer à analogia ou aos costumes.
- III. A lei nova tem efeito imediato e geral, mas deve respeitar o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

Gabarito: B

Comentário:

I. Verdadeira. De acordo com o art. 1º do Decreto-Lei nº 4.657/1942, salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o território nacional quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.

Art. 1º Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.

§ 1º Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia três meses depois de oficialmente publicada.

II. Falsa. Conforme o art. 4º da LINDB, na omissão da lei, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito,



sendo todos esses elementos admitidos como fontes subsidiárias.

Art. 4º Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.

III. Verdadeira. Nos termos do art. 6º da LINDB, a lei em vigor tem efeito imediato e geral, porém respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

Art. 6º A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

§ 1º Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.

§ 2º Consideram-se adquiridos assim os direitos que o seu titular, ou alguém por ele, possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício tenha termo pré-fixo, ou condição pré-estabelecida inalterável, a arbítrio de outrem.

§ 3º Chama-se coisa julgada ou caso julgado a decisão judicial de que já não caiba recurso.

42. Beatriz, com 17 anos de idade, trabalha como assistente administrativa em uma grande empresa desde os 16 anos. Ela possui renda mensal suficiente para seu sustento e constituiu significativa economia própria. Recentemente, desejando firmar contrato de locação de um apartamento em seu nome, foi informada pelo locador de que precisaria ser representada pelos pais por ainda ser relativamente incapaz.

Diante dessa situação, com base no Código Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Beatriz permanece relativamente incapaz, pois apenas o casamento ou a colação de grau em curso superior cessariam sua incapacidade.
- b) Beatriz pode ser considerada plenamente capaz em razão do estabelecimento de relação de emprego com economia própria, que configura hipótese de emancipação.

c) A incapacidade de Beatriz somente cessará mediante autorização judicial ou por autorização dos pais, ainda que possua economia própria.

d) Mesmo sendo emancipada pela relação de emprego, Beatriz somente poderá celebrar contratos civis com autorização expressa dos pais.

e) A emancipação só poderá ocorrer mediante instrumento público lavrado por seus pais, sendo ineficaz qualquer outra forma.

Gabarito: B

Comentário:

Antes de comentarmos assertiva por assertiva, precisamos lembrar que o Código Civil apresenta três tipos de emancipação:

1. Voluntária: Concessão dos pais (ambos, ou um só se o outro for falecido ou ausente), por escritura pública no cartório.
2. Judicial: Por sentença do juiz quando há desacordo dos pais ou pedido do tutor (que não pode emancipar voluntariamente).
3. Legal (automática): Quando o menor:
 - Casa (com autorização dos pais),
 - Exerce emprego público efetivo,
 - Concluiu curso superior,
 - Possui economia própria.

No caso em tela, estamos diante de uma emancipação legal ou automática. De acordo com o Art, 5º, parágrafo único, "V" do Código Civil, a incapacidade civil cessa pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

Art. 5º A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

Parágrafo único. Cessará, para os menores, a incapacidade:

[...]



V - *pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.*

- a) Incorreto. O art. 5º, parágrafo único, prevê diversas hipóteses de cessação da incapacidade, não se limitando ao casamento ou colação de grau. Entre elas, está a economia própria proveniente de emprego.
- b) Correto. Beatriz é considerada plenamente capaz em virtude da emancipação decorrente da relação de emprego com economia própria.
- c) Incorreto. Não há necessidade de autorização judicial para a emancipação por economia própria decorrente de relação de emprego, desde que comprovado que o menor atenda o requisito da emancipação legítima.
- d) Incorreto. Uma vez emancipada, a pessoa adquire plena capacidade civil, podendo celebrar contratos sem necessidade de autorização dos pais.
- e) Incorreto. Como já vimos acima, a emancipação por economia própria independe de instrumento público outorgado pelos pais.

43. O Município de Bela Aurora possui um terreno situado no centro da cidade que não está afetado a nenhuma destinação pública específica, tampouco é utilizado para prestação de serviço público. O Prefeito manifestou interesse em alienar esse imóvel para arrecadar recursos destinados a obras de infraestrutura urbana. Alguns vereadores questionaram a possibilidade de alienação direta do bem, afirmando tratar-se de bem público inalienável. Com base no Código Civil, assinale a alternativa correta:

- a) O imóvel em questão é bem de uso comum do povo e, por isso, inalienável enquanto mantiver essa destinação.
- b) O imóvel é bem de uso especial, o que impede sua alienação sem prévia desafetação por lei específica.

- c) Trata-se de bem dominical, que pode ser alienado desde que atendidas as exigências legais.
- d) Todos os bens públicos são inalienáveis, independentemente de sua classificação.
- e) Por se tratar de bem público, está sujeito a usucapião após trinta anos de posse ininterrupta e pacífica.

Gabarito: C

Comentário:

- a) Incorreto. Os bens de uso comum do povo são aqueles destinados ao uso geral da coletividade, como ruas e praças, e não é o caso descrito no enunciado.

“Artigo 99, inciso I: São bens públicos:

I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;”

- b) Incorreto. O bem não possui destinação específica à administração pública, portanto não é bem de uso especial.

“Artigo 99, inciso II: São bens públicos:

II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;”

- c) Correto. O terreno descrito é bem dominical, ou seja, integra o patrimônio disponível do ente público, podendo ser alienado desde que observados os requisitos legais.

“Artigo 99, inciso III: São bens públicos:

III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.”

“Artigo 101 - Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.”

- d) Incorreto. Somente os bens de uso comum do povo e de uso especial são inalienáveis enquanto mantiverem essa qualificação. Os dominicais podem ser alienados.



"Artigo 100 - Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar."

"Artigo 101 - Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei."

e) Incorreto. Nenhum bem público, de qualquer natureza, pode ser adquirido por usucapião.

"Artigo 102 - Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião."

44. Com fundamento nas disposições do Código Civil brasileiro relativas ao instituto da prescrição, em especial quanto às causas impeditivas, à renunciabilidade e à possibilidade de modulação convencional dos prazos prescricionais, analise as afirmativas abaixo, à luz da interpretação sistemática da norma civil:

I. A prescrição não corre contra os absolutamente incapazes.

II. Os prazos de prescrição podem ser livremente alterados por acordo entre as partes, desde que não prejudiquem terceiros.

III. A renúncia à prescrição somente pode ocorrer de forma expressa e antes de consumada.

Assinale a alternativa correta:

a) Apenas a afirmativa I está correta.

b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.

c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.

d) Todas as afirmativas estão corretas.

e) Apenas a afirmativa III está correta.

Gabarito: A

Comentário:

I. Verdadeira. O art. 198, I, estabelece que não corre prescrição contra os incapazes mencionados no art. 3º, ou seja, os absolutamente incapazes.

Artigo 198: "Também não corre a prescrição:

I - contra os incapazes de que trata o art. 3º;"

Artigo 3º: "São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesesseis) anos."

II. Falsa. O art. 192 dispõe que os prazos de prescrição não podem ser alterados por convenção das partes.

Artigo 192: "Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes."

III. Falsa. De acordo com o art. 191, a renúncia à prescrição pode ser expressa ou tácita, e somente valerá depois de consumada a prescrição.

Artigo 191: "A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumir; tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição."

45. Mariana possui um impedimento de longo prazo de natureza sensorial, que limita significativamente sua interação social. Ao tentar utilizar o atendimento prioritário em uma repartição pública, apresentou apenas o cordão de fita com desenhos de girassóis. O servidor responsável informou que aquele símbolo não seria suficiente para comprovar a condição de deficiência e que seria necessário apresentar documentação específica. Mariana considerou a exigência ilegal e manifestou sua discordância.

Com base na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), assinale a alternativa correta:

a) Mariana está correta, pois o uso do cordão de girassóis é suficiente para comprovar a deficiência, não sendo permitida qualquer exigência adicional.

b) Mariana está correta, pois o uso do cordão de girassóis é obrigatório e substitui qualquer documentação comprobatória da deficiência.

c) Mariana está equivocada, pois a utilização do cordão de girassóis é opcional e não dispensa a apresentação de documentos que comprovem a deficiência, caso solicitados.



- d) Mariana está correta, pois a deficiência sensorial prescinde de qualquer comprovação documental em situações de atendimento prioritário.
- e) Mariana está equivocada, pois apenas a avaliação biopsicossocial poderá confirmar sua condição, sem possibilidade de análise documental ou uso de símbolos visuais.

Gabarito: C

Comentário:

- a) Incorreta. O art. 2º-A, § 2º, da Lei nº 13.146/2015, estabelece que o uso do cordão de girassóis não dispensa a apresentação de documento comprobatório da deficiência, se solicitado.

Artigo 2º-A, § 2º: "A utilização do símbolo de que trata o caput deste artigo não dispensa a apresentação de documento comprobatório da deficiência, caso seja solicitado pelo atendente ou pela autoridade competente."

- b) Incorreta. O uso do cordão de girassóis é opcional, e não obrigatório, tampouco substitui a documentação comprobatória.

Artigo 2º-A, § 1º: "O uso do símbolo de que trata o caput deste artigo é opcional, e sua ausência não prejudica o exercício de direitos e garantias previstos em lei."

- c) Correta. Como vimos acima, de acordo com o Artigo 2º-A, § 2º, o cordão de girassóis é um instrumento de identificação visual opcional e não substitui a apresentação de documentos quando solicitados por autoridade competente ou servidor.
- d) Incorreta. Não há previsão legal dispensando toda e qualquer comprovação documental da deficiência sensorial para efeito de atendimento prioritário.

- e) Incorreta. A condição de deficiência pode ser comprovada também por análise documental ou outros meios definidos em regulamento, não havendo exclusividade da avaliação biopsicossocial.

Artigo 2º, § 3º: "O exame médico-pericial componente da avaliação biopsicossocial da

deficiência de que trata o § 1º deste artigo poderá ser realizado com o uso de tecnologia de telemedicina ou por análise documental conforme situações e requisitos definidos em regulamento."

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

46. Carla ajuizou uma ação no Juizado Especial Cível contra a empresa Sol Móveis Ltda., pleiteando a reparação por vício em um armário planejado. A sentença foi proferida em audiência, e Carla foi intimada nesse mesmo momento. A empresa, porém, não cumpriu voluntariamente a obrigação determinada na sentença, mesmo após o trânsito em julgado. Carla procurou o Juizado para iniciar a execução, mas não sabia se seria necessário novo procedimento para isso.

Com base na Lei nº 9.099/1995, assinale a alternativa correta:

- a) Carla deve aguardar nova citação da empresa para então iniciar a fase de execução.
- b) A execução da sentença deve ser processada em vara comum, pois o Juizado não possui competência para executá-la.
- c) A execução poderá ser iniciada desde logo, mediante simples solicitação da parte interessada, mesmo que verbal, dispensando nova citação.
- d) O juiz deverá designar nova audiência de conciliação antes de iniciar qualquer ato de execução.
- e) O cumprimento da sentença só pode ser requerido por meio de petição escrita com advogado constituído.

Gabarito: C

Comentário:

Fundamentação legal:

Art. 52, IV, da Lei nº 9.099/1995: "Não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação."



- a) Incorreta. A nova citação do devedor não é necessária no Juizado Especial para iniciar a execução, conforme o art. 52, IV.
- b) Incorreta. O art. 52 da Lei 9.099/1995 estabelece que a execução da sentença será processada no próprio Juizado.
- c) Correta. De acordo com o art. 52, IV, da Lei 9.099/1995, não sendo cumprida voluntariamente a sentença, e tendo havido solicitação do interessado (inclusive verbal), a execução pode ser iniciada de imediato, sem necessidade de nova citação.
- d) Incorreta. A designação de nova audiência de conciliação não é obrigatória para iniciar a execução da sentença no Juizado Especial.
- e) Incorreta. A solicitação da execução pode ser feita inclusive verbalmente, não sendo necessária petição escrita ou atuação de advogado (nos limites legais de valor da causa).

47. Marta, Júlio e Renato ajuizaram, em conjunto, uma ação contra a empresa Construtora Real Ltda., pleiteando a indenização por vícios estruturais em apartamentos adquiridos no mesmo edifício. O juiz, ao analisar a petição inicial, verificou que a quantidade de autores poderia comprometer a celeridade processual e dificultar a defesa da empresa, determinando a limitação do litisconsórcio.

Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) O juiz não pode limitar o número de autores, pois o litisconsórcio é sempre irrestrito.
- b) A decisão que limita o litisconsórcio só pode ocorrer na fase de execução.
- c) A decisão que limita o litisconsórcio interrompe o prazo de manifestação, que recomeçará após a intimação da decisão que a resolver.
- d) Em litisconsórcio facultativo, a sentença deve obrigatoriamente produzir os mesmos efeitos para todos os litisconsortes.

- e) A limitação do litisconsórcio depende de requerimento expresso da parte ré.

Gabarito: C

Comentário:

- a) Incorreta. O juiz pode sim limitar o litisconsórcio facultativo, conforme art. 113, § 1º, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa.

Art. 113. Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando:

[...]

§ 1º O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, na liquidação de sentença ou na execução, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença.

- b) Incorreta. Como vimos acima no Art. 113, § 1º do CPP, a limitação pode ser determinada pelo juiz tanto na fase de conhecimento quanto na de liquidação ou execução.

- c) Correta. O art. 113, § 2º, prevê que o requerimento de limitação do litisconsórcio interrompe o prazo para manifestação ou resposta, que recomeçará após a intimação da decisão.

Art. 113. Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando:

[...]

§ 2º O requerimento de limitação interrompe o prazo para manifestação ou resposta, que recomeçará da intimação da decisão que o solucionar.

- d) Incorreta. No litisconsórcio facultativo, a sentença pode ter efeitos distintos para cada litisconsorte, conforme a situação individual.



e) Incorreta. A limitação pode ser determinada de ofício pelo juiz, independentemente de provocação da parte.

48. A empresa *Segura Mais S.A.*, seguradora de um caminhão envolvido em acidente de trânsito, tomou conhecimento de que seu segurado, Paulo, está sendo processado por danos materiais por outro motorista. Interessada em que a sentença seja favorável a Paulo, a empresa requer sua admissão no processo como assistente.

Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) A empresa *Segura Mais S.A.* pode intervir como assistente simples, pois tem interesse jurídico na vitória de Paulo.
- b) A intervenção da seguradora depende da autorização expressa do segurado para produzir efeitos.
- c) A seguradora só poderia ser incluída no polo passivo da ação, não sendo cabível sua intervenção voluntária como assistente.
- d) Como o processo já se encontra na fase recursal, não é possível a admissão da assistência.
- e) A assistência litisconsorcial é obrigatória sempre que houver interesse econômico do terceiro no resultado da causa.

Gabarito: A

Comentário:

- a) Correta. De acordo com o art. 119 do CPC, o terceiro com interesse jurídico na vitória de uma das partes pode intervir como assistente simples. A seguradora, que pode ser afetada indiretamente pela condenação de seu segurado, tem esse interesse jurídico.

Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la.

Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre.

- b) Incorreta. A assistência não exige autorização da parte assistida; basta que o terceiro demonstre interesse jurídico.
- c) Incorreta. A assistência é forma válida de intervenção de terceiros e pode ser voluntária, como no caso.
- d) Incorreta. Como já dito, a assistência pode ser admitida em qualquer fase do processo, inclusive em grau recursal.
- e) Incorreta. A assistência litisconsorcial depende da existência de relação jurídica entre o assistente e o adversário do assistido, e não apenas de interesse econômico.

49. Bruno ajuizou uma ação de cobrança contra a empresa *Mercantil Vitória Ltda.*, alegando valores devidos por um contrato de consultoria. Em sua contestação, a empresa apresentou reconvenção, alegando que Bruno, na verdade, descumpriu cláusulas contratuais e causou prejuízos, requerendo indenização. Além disso, a empresa incluiu como corréu reconvinindo um terceiro, João, sócio de Bruno, que também teria contribuído para os danos alegados.

Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) A reconvenção é incabível nesse caso, pois não se admite reconvenção contra terceiros estranhos à ação.
- b) A reconvenção só poderia ser apresentada se acompanhada da contestação, o que não ocorreu.
- c) A reconvenção depende de autorização judicial expressa para ser processada.
- d) A empresa pode propor reconvenção contra Bruno e incluir João como terceiro, desde que a pretensão seja conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.



e) A desistência da ação principal impede o prosseguimento da reconvenção, salvo se o autor concordar com seu prosseguimento.

Gabarito: D

Comentário:

Vamos à fundamentação legal:

Art. 343. Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.

§ 1º Proposta a reconvenção, o autor será intimado, na pessoa de seu advogado, para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 2º A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito não obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.

§ 3º A reconvenção pode ser proposta contra o autor e terceiro.

§ 4º A reconvenção pode ser proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro.

§ 5º Se o autor for substituto processual, o reconvinte deverá afirmar ser titular de direito em face do substituído, e a reconvenção deverá ser proposta em face do autor, também na qualidade de substituto processual.

§ 6º O réu pode propor reconvenção independentemente de oferecer contestação.

a) Incorreta. O art. 343, § 3º, permite que a reconvenção seja proposta contra o autor e também contra terceiro.

b) Incorreta. O art. 343, § 6º, permite a reconvenção mesmo sem a apresentação da contestação.

c) Incorreta. A reconvenção não depende de autorização judicial expressa; basta ser proposta na contestação ou separadamente, nos termos da lei.

d) Correta. O art. 343, §§ 3º e 4º, permite a inclusão de terceiro como parte passiva ou ativa na reconvenção, desde que haja conexão com a ação principal ou com a defesa.

e) Incorreta. Segundo o art. 343, § 2º, a desistência da ação ou a extinção sem julgamento do mérito não impede o prosseguimento da reconvenção.

50. Em processo envolvendo responsabilidade civil por erro médico, a audiência de instrução e julgamento foi designada para as 14h. No dia marcado, às 14h35, o médico perito ainda não havia comparecido. O advogado do autor requereu o adiamento da audiência, ao que o juiz indeferiu, dando prosseguimento à instrução com a oitiva das testemunhas. O autor, inconformado, alegou nulidade do ato.

Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

a) A audiência não poderia ser adiada por atraso do perito, salvo requerimento conjunto das partes.

b) O adiamento seria cabível, pois o atraso superior a 30 minutos justifica o pedido, ainda que de forma unilateral.

c) O juiz agiu corretamente, pois o atraso de apenas 35 minutos não compromete a validade da audiência.

d) A ausência do perito impede a realização de qualquer outro ato na audiência.

e) O autor não poderia impugnar a decisão do juiz se o perito comparecesse após o início da audiência.

Gabarito: B

Comentário:

Art. 362. A audiência poderá ser adiada:

I - por convenção das partes;

II - se não puder comparecer, por motivo justificado, qualquer pessoa que dela deva necessariamente participar;

III - por atraso injustificado de seu início em tempo superior a 30 (trinta) minutos do horário marcado.

§ 1º O impedimento deverá ser comprovado até a abertura da audiência, e, não o sendo, o juiz procederá à instrução.



§ 2º O juiz poderá dispensar a produção das provas requeridas pela parte cujo advogado ou defensor público não tenha comparecido à audiência, aplicando-se a mesma regra ao Ministério Público.

§ 3º Quem der causa ao adiamento responderá pelas despesas acrescidas.

- a) Incorreta. O art. 362, III, permite o adiamento da audiência em caso de atraso injustificado superior a 30 minutos, mesmo que apenas uma parte o requeira.
- b) Correta. O art. 362, III, prevê o adiamento da audiência se houver atraso superior a 30 minutos de seu início, sendo esta uma causa legal que autoriza o adiamento de forma unilateral.
- c) Incorreta. Ainda que o atraso seja de apenas 35 minutos, ele ultrapassa o limite legal de 30 minutos previsto no art. 362, III, o que autoriza o adiamento.
- d) Incorreta. A ausência do perito não impede os demais atos, mas, nesse caso, o pedido de adiamento se funda no atraso superior a 30 minutos, não na ausência do perito em si.
- e) Incorreta. A impugnação é válida, pois o direito ao adiamento por atraso superior a 30 minutos é previsto legalmente, independentemente do comparecimento posterior do perito.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

51. Em relação às disposições legais presentes na Lei nº 13.869/2019, é incorreto afirmar que:

- a) A Lei de Abuso de Autoridade admite a configuração de crimes de hermenêutica.
- b) Os magistrados e os congressistas podem ser sujeitos ativos em crimes de abuso de autoridade.
- c) Os crimes previstos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada.

d) A perda do cargo, do mandato ou da função pública está condicionada a reincidência do criminoso.

e) Faz coisa julgada em âmbito cível, assim como no administrativo-disciplinar, a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado no exercício regular de direito.

Gabarito: A

Comentário:

A) ERRADO- O chamado "crime de hermenêutica", termo usado para descrever a criminalização da interpretação de leis por agentes públicos, é rejeitado pela jurisprudência e expressamente vedado pela Lei de Abuso de Autoridade. Veja: Art. 1º, § 2º: "A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura abuso de autoridade."

B) CERTO- Está de acordo com o que prevê o Art. 2º: É sujeito ativo do crime de abuso de autoridade qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território, compreendendo, mas não se limitando a: II - membros do Poder Legislativo; IV - membros do Poder Judiciário.

C) CERTO- Está de acordo com o que prevê o Art. 3º: "Os crimes previstos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada."

D) CERTO- Está de acordo com o que prevê o Art. 4º: "São efeitos da condenação: III - a perda do cargo, do mandato ou da função pública. Parágrafo único. Os efeitos previstos nos incisos II e III do caput deste artigo são condicionados à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade e não são automáticos, devendo ser declarados motivadamente na sentença."

E) CERTO- Está de acordo com o que prevê o Art. 8º: "Faz coisa julgada em âmbito cível, assim como no administrativo-disciplinar, a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito



cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.”

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA A.

52. De acordo com a Lei nº 8.072/1990, é considerado um crime hediondo o delito de:

- a) Homicídio simples.
- b) Lesão corporal dolosa de natureza grave.
- c) Roubo simples.
- d) Epidemia simples.
- e) Estupro simples.

Gabarito: E

Comentário:

A) ERRADO- O homicídio é crime hediondo quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por 1 (um) só agente, e homicídio qualificado (art. 121, § 2º).

B) ERRADO- Somente os crimes de lesão corporal dolosa de natureza gravíssima (art. 129, § 2º) e lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3º) podem ser classificados como hediondos, diante de algumas circunstâncias (contra determinadas autoridades ou em instituições de ensino).

C) ERRADO- O roubo é hediondo quando: circunstanciado pela restrição de liberdade da vítima (art. 157, § 2º, inciso V), circunstanciado pelo emprego de arma de fogo (art. 157, § 2º-A, inciso I) ou pelo emprego de arma de fogo de uso proibido ou restrito (art. 157, § 2º-B) ou qualificado pelo resultado lesão corporal grave ou morte (art. 157, § 3º).

D) ERRADO- Somente a epidemia com resultado morte é considerada hediondo.

E) CERTO- Qualquer tipo de estupro é considerado crime hediondo, independentemente das circunstâncias. Segundo o STF, o estupro simples, assim como o qualificado, configura crime hediondo. (HC 97778).

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA E.

53. Segundo a Lei nº 11.340/2006, julgue as assertivas a seguir:

- I- Qualquer conduta que configura difamação ou injúria contra a mulher é considerada uma forma de violência psicológica.
- II- É direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores, obrigatoriamente do sexo feminino, previamente capacitados.
- III- Nos casos de risco à integridade física da ofendida ou à efetividade da medida protetiva de urgência, não será concedida liberdade provisória ao preso.

Estão corretas as assertivas:

- a) III apenas.
- b) I e II apenas.
- c) II e III apenas.
- d) I e III apenas.
- e) I, II e III.

Gabarito: A

Comentário:

I- ERRADO- De acordo com o que prevê o Art. 7º: “São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras: V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.” Veja que a difamação e a injúria são formas de violência moral, não psicológica.

II- ERRADO- Segundo o que dispõe o Art. 10-A. “É direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores - preferencialmente do sexo feminino - previamente capacitados.”

III- CERTO- A assertiva está de acordo com o Art. 13, § 2º: “Nos casos de risco à integridade física da ofendida ou à efetividade da medida protetiva de urgência, não será concedida liberdade provisória ao preso.”

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA A.



54. De acordo com as disposições legais presentes na Lei nº 11.343/2006, é correto afirmar que, nos casos em que o indiciado estiver preso, o inquérito policial deverá ser concluído em até:

- a) 10 (dez) dias.
- b) 15 (quinze) dias.
- c) 20 (vinte) dias.
- d) 30 (trinta) dias.
- e) 90 (noventa) dias.

Gabarito: D

Comentário:

De acordo com o que dispõe o Art. 51. “O inquérito policial será concluído no prazo de 30 (trinta) dias, se o indiciado estiver preso, e de 90 (noventa) dias, quando solto.”

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA D.

55. Murilo foi o 1º colocado para o concurso de técnico judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e, após um longo período de espera, ele foi nomeado, tendo seu nome sido publicado no Diário Oficial do Estado. Sabendo disso, Henrique, advogado e melhor amigo de Murilo, o parabenizou e pediu para que ele o ajudasse a acelerar alguns processos quando tomasse posse. Porém, Murilo solicitou uma quantia de R\$ 4.500,00 a Henrique para que ele desse um rápido andamento aos processos.

Segundo o Código Penal, Murilo cometeu o delito de:

- a) Peculato.
- b) Concussão.
- c) Corrupção passiva.
- d) Corrupção ativa.
- e) Prevaricação.

Gabarito: C

Comentário:

De acordo com o Código Penal, o crime de corrupção passiva está previsto no Art. 317 – “Solicitar ou

receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem (...)

Veja que mesmo não tendo tomado posse, o crime de corrupção passiva ainda existe, uma vez que pode ocorrer antes de assumir a função, como ocorreu no caso de Murilo.

Assim, Murilo cometeu o crime de corrupção passiva.

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA C.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

56. De acordo com as disposições legais presentes na Lei nº 9.099/1995, assinale a alternativa correta.

- a) O maior de dezoito anos poderá ser autor, independentemente de assistência, exceto para fins de conciliação.
- b) Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro e nem o litisconsórcio.
- c) Da sentença homologatória de conciliação ou laudo arbitral, caberá recurso para o próprio Juizado.
- d) Os embargos de declaração não poderão ser interpostos oralmente.
- e) Todos os meios de prova moralmente legítimos, ainda que não especificados em lei, são hábeis para provar a veracidade dos fatos alegados pelas partes.

Gabarito: E

Comentário:

A) ERRADO- Segundo o Art. 8º, § 2º: “O maior de dezoito anos poderá ser autor, independentemente de assistência, inclusive para fins de conciliação.”

B) ERRADO- Segundo o Art. 10. “Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de



terceiro nem de assistência. **Admitir-se-á o litisconsórcio.**

C) ERRADO- Segundo o Art. 41. “Da sentença, **excetuada** a homologatória de conciliação ou laudo arbitral, caberá recurso para o próprio Juizado.”

D) ERRADO- Segundo o Art. 49. “Os embargos de declaração serão interpostos por escrito ou **oralmente**, no prazo de cinco dias, contados da ciência da decisão.”

E) CERTO- Exatamente! Está de acordo com o Art. 32. “Todos os meios de prova moralmente legítimos, ainda que não especificados em lei, são hábeis para provar a veracidade dos fatos alegados pelas partes.”

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA E.

57. De acordo com a Lei nº 7.210/1984, o condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. Nesse caso, pode-se afirmar que o condenado pode reduzir sua pena por meio do trabalho, com a remição de 1 dia de pena a cada:

- a) 1 (um) dia de trabalho.
- b) 2 (dois) dias de trabalho.
- c) 3 (três) dias de trabalho.
- d) 5 (cinco) dias de trabalho.
- e) 7 (sete) dias de trabalho.

Gabarito: C

Comentário:

De acordo com o que dispõe o Art. 126. “O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.

§ 1º A contagem de tempo referida no **caput** será feita à razão de:

- I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante,

ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias;

- II - 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho.”

Assim, vemos que é possível a diminuição da pena através da frequência escolar e do trabalho. No caso do trabalho, 1 dia de pena é abatido a cada 3 dias de trabalho.

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA C.

58. Em relação às disposições jurisprudenciais a respeito das nulidades no âmbito do processo penal, marque a alternativa incorreta.

- a) É relativa a nulidade do processo criminal por falta de intimação da expedição de precatória para inquirição de testemunha.
- b) É absoluta a nulidade do julgamento, pelo júri, por falta de quesito obrigatório.
- c) É absoluta a nulidade do julgamento pelo júri, quando os quesitos da defesa não precedem aos das circunstâncias agravantes.
- d) No processo penal, a falta da defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu.
- e) É absoluta a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção.

Gabarito: E

Comentário:

Dentre as alternativas acima, somente a LETRA E está incorreta. Vejamos cada uma das alternativas a seguir:

A) CERTO- STF, Súmula 155 – É relativa a nulidade do processo criminal por falta de intimação da expedição de precatória para inquirição de testemunha.

B) CERTO- STF, Súmula 156 – É absoluta a nulidade do julgamento, pelo júri, por falta de quesito obrigatório.



C) CERTO- STF, Súmula 162 – É absoluta a nulidade do julgamento pelo júri, quando os quesitos da defesa não precedem aos das circunstâncias agravantes.

D) CERTO- STF, Súmula 523 – No processo penal, a falta da defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu.

E) ERRADO- STF, Súmula 706 – É relativa a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção.

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA E.

59. De acordo com o entendimento doutrinário e jurisprudencial, é correto afirmar que a teoria do resultado é aplicável nos casos de:

- a) Crimes plurilocais comuns.
- b) Crimes plurilocais contra a vida.
- c) Crimes no âmbito dos Juizados Especiais.
- d) Crimes falimentares.
- e) Atos infracionais.

Gabarito: A

Comentário:

A Teoria do Resultado estabelece que o crime é considerado cometido no local onde o resultado danoso ocorreu, independentemente de onde a ação ou intenção do agente foi iniciada. Assim, analisaremos as alternativas abaixo:

A) CERTO- Nos Crimes plurilocais comuns aplica-se a teoria do resultado.

B) ERRADO- Nos Crimes plurilocais contra a vida aplica-se a teoria da atividade.

C) ERRADO- Nos Crimes no âmbito dos Juizados Especiais aplica-se a teoria da atividade.

D) ERRADO- Nos Crimes falimentares leva-se em conta o Local onde foi decretada a falência.

E) ERRADO- Nos Atos infracionais aplica-se a teoria da atividade.

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA A.

60. Em relação às nulidades, julgue as assertivas a seguir:

I- Constitui nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto da rejeição da denúncia, não a suprimindo a nomeação de defensor dativo.

II- As nulidades relativas não podem ser conhecidas de ofício pelo juiz e estão sujeitas à preclusão.

III- Segundo o princípio da causalidade, a nulidade de um ato irradia para aqueles que dele decorrem.

Estão corretas as assertivas:

- a) I apenas.
- b) I e II apenas.
- c) II e III apenas.
- d) I e III apenas.
- e) I, II e III.

Gabarito: E

Comentário:

I- CERTO- Está de acordo com o que prevê a Súmula nº 707, do STF: “Constitui nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto da rejeição da denúncia, não a suprimindo a nomeação de defensor dativo.”

II- CERTO- Exatamente! Isso significa que devem ser alegadas pela parte interessada no momento oportuno, sob pena de perda do direito de arguição.

III- CERTO- De acordo com o princípio da causalidade, a nulidade de um ato processual pode se estender para outros atos que dele dependam ou sejam consequência. Isso significa que, se um ato é declarado nulo, aqueles que foram realizados com base nesse ato nulo também podem ser considerados nulos.

Portanto, o nosso gabarito é a LETRA E.





Redação

Todos os países preservam seus documentos. Já pararam para pensar como seria se não tivéssemos registros do passado? Como conheceríamos nossas raízes, nossa cultura e nossas tradições? Acredito que todos nós temos um fascínio pelo passado, por aquilo que já aconteceu e que moldou o mundo em que vivemos hoje. Mas como podemos garantir que essas histórias não se percam com o tempo? Qual é a importância de preservar os registros do passado?

Com base no texto acima, produza um texto dissertativo-argumentativo, em que expresse a sua opinião, dando especial destaque aos argumentos apresentados na defesa de suas opiniões.



Proposta de Solução

Preservar os registros do passado é mais do que guardar vestígios materiais — é salvaguardar a memória coletiva, a identidade cultural e a própria estrutura de poder simbólico de uma nação. A ausência de documentação histórica enfraquece o senso de pertencimento, empobrece o debate público e abre espaço para revisionismos ideológicos. Assim, torna-se essencial compreender que a preservação documental cumpre três funções centrais: garante a construção identitária dos povos, atua como mecanismo de resistência política e social e assegura a continuidade da produção científica e cultural.

Em primeiro plano, os registros históricos operam como pilares da identidade coletiva. A noção de pertencimento não nasce espontaneamente, mas é cultivada por meio da partilha de símbolos, narrativas e eventos marcantes que moldam a história de uma sociedade. Sem acesso a fontes documentais confiáveis, corre-se o risco de romper a cadeia intergeracional que liga o passado ao presente, tornando vazia a ideia de “nação”. Como observou o historiador Eric Hobsbawm, a memória histórica é seletiva e politicamente orientada — daí a importância de preservar uma diversidade de documentos que assegurem a pluralidade de vozes e perspectivas.

Além disso, os arquivos históricos possuem função contra-hegemônica. Em regimes autoritários ou períodos de repressão, é comum que se busque apagar rastros de violação de direitos ou manipular narrativas oficiais. Nesse contexto, a preservação de documentos originais, relatos testemunhais e registros institucionais configura uma forma de resistência. A história dos povos oprimidos, muitas vezes silenciada, encontra nos acervos bem cuidados a possibilidade de reivindicar justiça e memória. Como defende Jacques Derrida, “não há poder político sem controle dos arquivos” — e, por isso, a luta pela preservação é também uma luta por soberania democrática.

Por fim, é inegável o papel dos registros do passado como sustentáculo da produção científica, educacional e cultural. Pesquisas históricas, jurídicas, sociológicas e literárias dependem da integridade e do acesso a documentos originais. O apagamento ou deterioração desses arquivos compromete a qualidade das investigações e perpetua lacunas no conhecimento. Além disso, instituições como bibliotecas, museus e centros de documentação funcionam como espaços vivos de construção de saber, onde passado e presente se entrelaçam para dar sentido ao mundo em que vivemos.

Portanto, negligenciar a preservação documental é condenar uma sociedade à amnésia coletiva. Em tempos marcados por disputas narrativas e disseminação de desinformação, a defesa da memória histórica torna-se um ato político de afirmação da verdade, da justiça e da dignidade. Onde não há passado preservado, não há futuro possível.



NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.